

PORTUGAL E OS PALOP

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ECONÓMICA E SOCIAL ^(X)

Exmos Senhores

É com particular satisfação que, em representação do Instituto para a Cooperação Económica (ICE), me cabe apresentar uma breve resenha das instituições portuguesas, científicas, económicas e de índole social, públicas e privadas, ligadas à cooperação com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Quero agradecer também a oportunidade que me é dada de, com esta exposição, poder contribuir para a criação de laços mais fortes entre as instituições do meu país ligadas à Cooperação e as da Alemanha, reforçando a posição de Portugal como "ponte entre a Europa e os PALOP".

A Cooperação Portuguesa, como acto de solidariedade e de ajuda ao desenvolvimento, justifica-se em relação aos PALOP quer pela essência do conceito de ajuda ao desenvolvimento quer pelos laços históricos, culturais e afectivos que nos unem àqueles países e que vão desde uma língua comum ao conhecimento técnico profundo que temos das realidades daqueles cinco países. Portugal figura entre os três países de maior experiência e tradição histórica africana da Comunidade Europeia, sendo o que melhor protagoniza o projecto de desenvolvimento Euro-Africano, pesando no conjunto de razões o nosso perfil muito mais atlantista que europeu.

Afigura-se-nos conveniente fazer algumas observações prévias e de carácter geral, nomeadamente de cariz histórico e "filosófico", que permitam enquadrar e esclarecer a especificidade da Cooperação Portuguesa.

Os países em que se concentra a maior parte do esforço nacional de Cooperação são os ex territórios ultramarinos Africanos de recente independência, vulgo designados PALOP.

As independências foram marcadas pela saída de grande número de funcionários portugueses, que asseguravam o funcionamento das respectivas administrações, de regresso (preceptivo) a Portugal. Esse súbito êxodo abalou

⊗ Documento redigido a título de comunicação a uma conferência da DASE (sociedade alemã de relações com os PALOP), Junho de 1992, Colónia

profundamente as diversas administrações, deixando-as na difícil situação de tentar colmatar as brechas com o recurso a um muito reduzido capital humano nacional.

Encontramos aqui um dos aspectos "sui generis" da Cooperação Portuguesa e que se traduz no apoio permanente dado ao funcionamento das Administrações dos PALOP e à formação do seu pessoal.

Assim, numa primeira fase, mais do que a participação em grandes projectos económicos, foi entendido ser de interesse comum atender às necessidades técnico-administrativas destes novos Países, concedendo o apoio necessário às suas incipientes e frágeis Administrações para que estas se não desagregassem. Dizemos de interesse comum, porque este esforço da Cooperação Portuguesa se baseia na vontade de dar satisfação aos diversos pedidos que lhe são apresentados pelos Governos nacionais dos PALOP.

A conjugação destas características confere à Cooperação Portuguesa um aparente aspecto de "shopping list" que não deve ser considerado de forma negativa, mas antes encarado como resultante de uma concepção estratégica subjacente a toda a Cooperação Nacional, com reflexos quer a nível da programação, da implementação e quer ainda da avaliação.

Na verdade, a filosofia adoptada concretiza-se através de uma assistência técnica permanente, sobretudo nas áreas que irão permitir o desenvolvimento das capacidades institucionais nacionais dos novos Países independentes.

Perante as capacidades financeiras de Portugal, de dimensão modesta face às dos principais parceiros doadores, torna-se óbvio que a melhor optimização das nossas potencialidades, nomeadamente as derivadas da língua comum e de um mais íntimo e completo conhecimento das realidades locais, se concretizará nas áreas da formação e no apoio ao funcionamento das Administrações - central e local -, consideradas prioritárias (Administração Pública, Ensino, Saúde, Agricultura, Indústria, etc). Esta nossa actuação encontra razão no desejo de dar resposta positiva às diversas solicitações que nos são apresentadas.

Como atrás referimos, nos últimos anos, a Administração das antigas colónias tinha adquirido alguma autonomia administrativa e, sobretudo no aspecto técnico, encontravam-se dotadas com um bom quadro profissional, em alguns casos superior ao existente em Lisboa, que, no entanto, regressou a Portugal após as independências daqueles territórios. Todavia, a Administração desses territórios ultramarinos nunca foi feita pelos diversos Ministérios sectoriais, mas sim por um único, o Ministério

do Ultramar, extinto logo após o 25 de Abril de 1974. Esta é uma das razões subjacentes ao facto da Cooperação Portuguesa se concretizar agora através de diversos Ministérios e instituições. Na verdade, ao optar por esta solução, a Administração Portuguesa pretendeu evitar ferir algumas susceptibilidades, naturalmente existentes na época e relativamente aos novos Países independentes, deixando bem claro não ser sua intenção recriar um novo Ministério que centralize a cooperação com os PALOP e outros.

Como se depreende, pelo que se disse, a Cooperação Portuguesa tem características muito particulares, sem dúvida resultantes de uma longa presença em África e do interesse que esta nos suscita. Trata-se de uma cooperação muito dispersa em que Ministérios, organizações económicas, institutos, associações e organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD's), em maior ou menor grau, desenvolvem acções de cooperação.

A acção coordenadora da Política de Cooperação Portuguesa cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que a exerce através dos seus organismos coordenadores da cooperação - Instituto para a Cooperação Económica (ICE) e Direcção Geral da Cooperação (DGC). Mas, tanto o ICE como a DGC são, também, em algumas áreas, organismos executores da cooperação.

Ao ICE, tutelado pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, cabe a coordenação da cooperação económica, financeira e empresarial com os países em vias de desenvolvimento, tanto no plano bilateral como no multilateral. Em todos estes sectores, a actividade deste Instituto exerce-se fundamentalmente nas áreas da formação profissional, assistência técnica e contratação de cooperantes.

A acção do ICE foi reforçada, na vertente da cooperação financeira com a criação do Fundo para a Cooperação Económica (FCE), em 1991, e que tem como atribuições: apoiar financeiramente projectos que contribuam para o desenvolvimento dos PALOP ou em que estejam envolvidas entidades portuguesas no âmbito das actividades de cooperação com aqueles países; promover a articulação dos projectos ou acções de cooperação com iniciativas nas áreas do comércio externo ou do investimento directo português nos países beneficiários da cooperação.

À DGC, exclusivamente dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cabe a coordenação de acções bilaterais e multilaterais de cooperação nos domínios sócio - cultural e científico. Deste modo, tem apoiado acções nas áreas da educação, cultura, investigação científica,

administração pública, saúde, segurança social, justiça e comunicação social.

Para além destes dois organismos coordenadores da Cooperação, outros organismos nacionais, de uma forma ou doutra, têm vindo a desenvolver actividades de cooperação com os PALOP. Muito sinteticamente daremos conta, a seguir, dos mais importantes, quer pela actividade desenvolvida quer pelo espólio de documentação e informação que detêm.

Institutos de Investigação

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (IICT), é uma instituição científica que tem como objectivos principais promover e realizar a investigação científica e técnica no âmbito das regiões tropicais, cooperando com os países dessas áreas, em particular com os PALOP, na resolução de problemas de carácter científico e/ou técnico e na definição e execução de planos de preparação de pessoal investigador e técnico.

A origem deste Instituto remonta a 1883, quando foi criada a Comissão de Cartografia, o mais antigo organismo público votado à investigação científica tropical.

Para prosseguir os seus objectivos foi conferido ao IICT um conjunto de atribuições das quais se destacam: (i) coordenação das actividades decorrentes das relações científicas com os países das regiões tropicais; (ii) formulação de propostas para o estabelecimento de programas de cooperação e assistência científica e técnica nos domínios específicos e relevantes para o desenvolvimento científico das regiões tropicais; (iii) apoio ao ensino e investigação universitária, no âmbito das suas áreas de investigação.

O IICT dispõe de 23 Centros de Investigação especializados, integrados em 6 Departamentos Científicos que abrangem as áreas das Ciências da Terra, das Ciências de Engenharia Geográfica, das Ciências Biológicas, das Ciências Agrárias, das Ciências Históricas, Económicas e Sociológicas e das Ciências Etnológicas e Etno-Museológicas, contando ainda com um Centro de Documentação e Informação científica e técnica sobre as regiões tropicais, cujo património documental faz dele um dos mais importantes do mundo neste domínio.

O IICT está a desenvolver (1992), no âmbito das suas actividades científicas e técnicas, cerca de 230 projectos de I&D, no quadro de 16 Programas de Investigação, em cooperação com mais de 40 Países Tropicais, sendo 35% em cooperação com os PALOP.

INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL, fundado em 1902, representa a preocupação de Portugal em responder, organizadamente e em termos científicos, às questões relativas à manutenção e desenvolvimento da saúde nas regiões tropicais, com que desde há séculos estava relacionado.

Alicerçado nas suas longínquas raízes de reputação científica e humanística desencadeou, nos últimos anos, um forte movimento de renovação e valorização nas diversas áreas (ensino, investigação e cooperação) em que se processa a sua complexa e diversificada actividade, não só em Portugal mas também nas regiões tropicais, e principalmente nos PALOP.

O Instituto organiza cursos de pós-graduação em: clínica das doenças tropicais, parasitologia médica e de epidemiologia médica das regiões tropicais. Desenvolve investigação científica nos vários departamentos, com o apoio de Centros de Estudo (dos institutos de investigação portugueses) e dos vários laboratórios (de microbiologia, helmintologia, protozoologia, leptospiras, malária, micologia, análises clínicas, hematologia e anatomia patológica), com destaque para: a colaboração com os serviços de S. Tomé e Príncipe em campanhas contra o paludismo; estudos sobre a SIDA e o bócio endémico na Guiné-Bissau; elaboração de um programa nacional de luta contra a Tripanosomiase na Guiné-Bissau; desenvolvimento de um projecto sobre Oncocercose na Guiné-Bissau; avaliação dos factores de risco ligados à Malária, com a elaboração e implementação de modelos preventivos de controlo na Guiné-Bissau; colaboração com os serviços de saúde de Cabo Verde, em campanha de erradicação do paludismo e estudos sobre a transmissão vertical do vírus da Hepatite B; preparação de uma vacina contra a leishmaniose canina.

Em 1991, foi criado um Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais neste Instituto, ligado a outros Centros Nacionais, com verbas do Programa Ciência-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). A criação deste Centro permitiu uma série de ligações a outros centros de investigação nacionais e estrangeiros¹, sendo

¹ De entre as diversas Instituições estrangeiras com quem foram estabelecidos contactos para a cooperação em projectos de investigação científica, com especial relevância nas áreas da malária, tripanosomioses, genética do plasmodium falciparum e toxicologia, é importante realçar: na Grã-Bretanha, a London School of Tropical Medicine and Hygiene, Universidade de Edinburgh, Universidade de Oxford e a Universidade de Glasgow; na Itália, o Imperial College e a Universidade La Sapienza; e nos EUA, o Centro de Biologia Molecular, o Centre for Diseases Control e o National Institute of Health.

também intenção trazer nova tecnologia ligada à biologia molecular e imunológica às linhas de investigação em curso.

Nos últimos anos, tem havido uma estreita colaboração deste Instituto com organismos nacionais e internacionais - Fundação Calouste Gulbenkian, Organização Mundial de Saúde (OMS), Cruz Vermelha, CE, e Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID americana), no domínio da saúde pública e da medicina tropical através do apoio técnico e financeiro a projectos de investigação.

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA (ICALP), é um serviço autónomo do Ministério da Educação que tem por objectivo a difusão da Cultura e Língua Portuguesas no estrangeiro. Neste âmbito, o ICALP tem desenvolvido, no quadro da cooperação com os PALOP, as seguintes acções: Leitorados de Português nas recentemente criadas Faculdades de Letras e de Direito, sendo o Português língua de especialidade; apoio financeiro, bibliográfico e audiovisual à criação de Cátedras e de Professores de Cultura Portuguesa nas Universidades dos PALOP; atribuição de bolsas de estudo para frequência de um Curso Anual de Língua e Cultura Portuguesas nas Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra; atribuição de bolsas de estudo para frequência de um Curso de Verão ministrado pelas várias Faculdades de Letras de Lisboa, Coimbra, Porto, Aveiro, Minho e pelas Escolas Superiores de Educação de Setúbal e Faro; atribuição de bolsas de estudo para elaboração de trabalhos de investigação no domínio da Ciências Humanas; edição e difusão das suas publicações e as de outros editores e escritores; apoio financeiro, bibliográfico e audiovisual a diversos Institutos e Centros de Cultura Portuguesa sediados nos PALOP.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE, é um órgão central do Ministério da Saúde, criado especialmente para a investigação em Saúde, em 1899, então com a designação de Instituto Central de Higiene.

Reorganizado em 1971, no âmbito da Reforma dos Serviços de Saúde, passou a ter funções mais vastas - centro de investigação e apoio científico e técnico, laboratório nacional de saúde, centro de ensino e centro de documentação e informação na sua área específica².

O Instituto está organizado em Departamentos Laboratoriais e Especializados: de Biologia; Saúde Ambiental; Saúde Ocupacional e Higiene Industrial; Nutrição e Higiene dos Alimentos; Comprovação de Medicamentos; Epidemiologia e Bioestatística; Formação e Ensino e Documentação e

² A Biblioteca tem uma ligação privilegiada à Organização Mundial de Saúde, funcionando como "Biblioteca OMS" no País.

Informação;

e em Centros de Estudo e de Investigação: Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis; Centro de Estudos e Registo de Malformações; Centro de Estudos de Zoonoses; Centro de Estudos de Saúde e Toxicologia Ambientais; Centro Nacional de Gripe; Centro de Estudos de Paramiloidose; Centro de Estudos de Cardiologia Preventiva; Centro Nacional de Salmonella; Centro de Estudos do Medicamento; Centro de Estudos de Campylobacter; e Centro de Estudos de Nutrição.

No quadro destes Departamentos e Centros de Investigação, o Instituto realiza acções de cooperação com os PALOP, sobretudo, na área da formação através de estágios ao abrigo de programas de cooperação³ ou de bolsas da Organização Mundial de Saúde (OMS).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), tem vindo a desenvolver as suas acções de cooperação com os PALOP, na área da Estatística, através do seu Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação (GRIC). Como o INE não dispõe de verbas próprias para a cooperação, essas actividades são financiadas por organismos especializados como sejam o ICE, em Portugal, a Comunidade Europeia (CE) no quadro da Convenção de Lomé, de que fazem parte os PALOP, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial.

O INE, dada a falta de condições dos serviços de estatística nos PALOP, tem privilegiado a cooperação institucional com esse grupo de países, com a participação do ICE, através de Protocolos de Cooperação estatística com os seus homólogos (de cada PALOP). Em regra, estes Protocolos prevêem a reunião anual de uma comissão de gestão que elabora os programas de trabalho, os submete aos órgãos directivos de cada instituição, vela pelo seu cumprimento e faz a avaliação da sua execução. Esses programas podem incluir acções de formação, assistência técnica e estágios no INE.

As acções de formação são enquadradas pelo Centro Europeu de Estatística para Países em Vias de Desenvolvimento (CESD/Lisboa)⁴, que tem assegurado a promoção dos cursos de

³ Na área da investigação assinala-se o estudo das estirpes de vibrio cholerae isoladas em Angola.

⁴ Trata-se de uma Associação de direito privado sem fins lucrativos, com o objectivo de proporcionar a formação de quadros estatísticos de nível superior para os PVD e, em particular, para os PALOP, para além da realização de estudos de estatística desses países. Esta Associação poderá também contribuir para a coordenação e harmonização dos programas do ensino das escolas de estatística dos

Licenciatura e Mestrado do ISEGI⁵ e a coordenação das provas de selecção nos PALOP. No plano da formação profissional contínua, o CESD/Lisboa está a preparar, com o apoio da CE, um conjunto de módulos de formação, destinados a permitirem a composição de cursos de curta duração, de acordo com as necessidades de cada sistema estatístico nacional.

Para apoiar as acções de assistência técnica do INE, o GRIC dispõe de um ficheiro de cooperantes - de técnicos estatísticos, sobretudo do INE. Este Instituto acolhe, por períodos entre 1 e 3 meses, estagiários dos PALOP para treino profissional.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (INIC), tem apoiado: acções de investigação de investigadores no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, no âmbito da economia moçambicana; a estada de três representantes dos PALOP (Cabo Verde, Angola e Moçambique) em Reuniões de Pesquisas Agronómicas e Biológicas, organizadas pela Estação Agronómica Nacional (Oeiras); acções de formação na especialização de licenciados de Angola, na Universidade de Medicina de Lisboa - Centro de Investigação de Otorrinolaringologia.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DAS PESCAS, organismo de investigação aplicada e desenvolvimento experimental, criado em 1977, para contribuir para uma exploração e gestão racional dos recursos marinhos nacionais. A cooperação com os organismos congéneres dos PALOP traduz-se na existência de protocolos e convénios, possuindo o INIP um grande número de quadros com grande experiência de trabalho nos PALOP, o que o torna um interlocutor sempre disponível e com conhecimento concreto das realidades desses países. Assim, o INIP tem vindo a proporcionar dezenas de acções de formação, tanto ao nível de cursos de pequena e média duração como ao nível de estágios de licenciatura e de doutoramento; e também acções de consultadoria, realçando-se as campanhas oceanográficas nas águas territoriais da Guiné-Bissau, desde 1988, país com quem tem sido maior a cooperação.

O INIP possui os meios navais para desenvolver qualquer tipo de projecto no domínio da oceanografia e pesca, dado importante numa Europa Comunitária deficitária no sector das pescas. O incremento da cooperação com países terceiros, nomeadamente os PALOP, nos domínios da I&D, contribui para o fortalecimento das bases científicas e tecnológicas da própria indústria comunitária e para o

PALOP, podendo prestar assistência na formação dos seus corpos docentes.

⁵ Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação.

aumento da sua produtividade, ao mesmo tempo que reforça os laços de solidariedade e o desenvolvimento desses países terceiros, dando a Portugal um papel de relevo nesta matéria.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA (INIA), mantém uma intensa cooperação com as instituições congéneres dos PALOP no domínio da investigação científica agrária (produção florestal, animal e florestal), da formação profissional e consultadoria técnica. As acções traduzem-se, sobretudo, na deslocação aos PALOP de equipas científicas destinadas a estudos locais e elaboração de relatórios ou de trabalhos específicos em domínios científicos e técnicos, para além de, desde 1989, estar a desenvolver um programa de bolsas de pós-graduação para cidadãos dos PALOP (técnicos, investigadores e docentes universitários), subsidiado pelo ICE.

O INIA possui nos seus quadros numerosos investigadores com forte experiência profissional nos problemas agrários das zonas tropicais e inter-tropicais africanas, particularmente, Angola e Moçambique, onde exerceram a sua actividade durante dezenas de anos nas áreas da investigação e/ou da docência universitária, sendo autores de vasta bibliografia até ao ano de 1975.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, tutelado pelo Ministério da Indústria e Energia, é o organismo português com competência para aplicação da legislação nacional relativa à Propriedade Industrial e das Convenções internacionais ratificadas por Portugal nesta matéria. A cooperação com os PALOP, tem sido, nos últimos anos, um dos vectores de actividade do INPI, que tem promovido a realização de Seminários anuais, rotativamente em cada um dos PALOP. Para além destes, o INPI presta assistência àqueles países Africanos nas áreas da elaboração de legislação, formação de pessoal e instalação dos seus próprios serviços de propriedade industrial.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA, possui uma larga e antiga experiência com os PALOP, que se tem pautado, desde 1977, pelos Acordos de Cooperação estabelecidos com todos os PALOP, à excepção de Angola. Basicamente, a acção deste Instituto assenta em acções de formação e missões realizadas naqueles países - levantamento de situações, formação e consultoria, para além do envio de materiais e produtos meteorológicos tratados para Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL (LNEC), tem por fim empreender, promover e coordenar acções de investigação e desenvolvimento experimental, apoio técnico e de formação necessárias às realizações e progresso da engenharia civil e da indústria da construção nos domínios das obras

públicas, da habitação e urbanismo, da indústria dos materiais e componentes de construção, e nos campos afins relacionados com os sectores sociais, produtivos e de infra-estruturas económicas.

A actividade de cooperação do LNEC com os PALOP visa "contribuir para o aperfeiçoamento e especialização de quadros científicos e técnicos, nacionais e desses países, nomeadamente, através da colaboração ao ensino universitário e técnico de todos os graus e mediante concessão e subvenção de estágios a nacionais dos PALOP que pretendam aperfeiçoar os seus conhecimentos". O LNEC mantém convénios com os PALOP procurando criar e desenvolver laboratórios de engenharia civil, promover acções de formação e prestação de assistência técnica pontual.

Refira-se que o ICE também faz parte, dada a sua vocação a coordenação da cooperação com os PALOP, de alguns dos últimos convénios estabelecidos, nomeadamente com Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Uma outra instituição se tem aliado aos Convénios estabelecidos pelo LNEC com os PALOP, é a Fundação Calouste Gulbenkian, que tem apoiado financeiramente programas de desenvolvimento nos PALOP, e no âmbito dos projectos do LNEC, privilegiando a formação dos quadros, o reequipamento dos laboratórios e a regulamentação urbanística (nas áreas da habitação social, da construção e saneamento básico).

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA INDUSTRIAL (LNETI), é um organismo de investigação, desenvolvimento e demonstração, integrado no Ministério da Indústria e Energia. Criado em 1978, tem por objectivo: desenvolver programas e projectos de I&D para a modernização da indústria portuguesa ou incidindo em áreas estratégicas seleccionadas pelo Estado; fomentar novas empresas industriais e de serviços e participar na sua criação, designadamente nas de tecnologias avançadas; criar ou adaptar novas tecnologias, introduzindo-as na estrutura produtiva nacional com o objectivo de aumentar a competitividade das empresas.

As actividades científicas e tecnológicas do LNETI estão articuladas em programas e projectos inseridos nas seguintes áreas prioritárias: ciência e tecnologia de materiais; tecnologias de informação e desenvolvimento de equipamentos; biotecnologia e química fina; ciência e tecnologia do ambiente; novas tecnologias energéticas; apoio à qualidade e ao design.

Com a colaboração das associações empresariais e outras entidades, públicas ou privadas, o LNETI desenvolve as seguintes infra-estruturas tecnológicas: Instituto de Desenvolvimento e Formação em Biotecnologia e Química Fina; Centro de Teleformação Empresarial; Unidade Tecnológica das Indústrias Alimentares; Unidade Tecnológica de Radioesterilização e Tecnologias de Radiação; Unidade Tecnológica da Madeira e Cortiça; Laboratório de

Caracterização de Combustíveis.

O LNETI apoia a Indústria através de: contratos de desenvolvimento industrial; consultadoria a empresas; assistência tecnológica; formação de quadros; informação técnica para a indústria.

O LNETI dinamizou e tem em adiantada fase de lançamento o primeiro parque científico e tecnológico português, com uma área de 12 hectares. São sócios do pólo tecnológico, para além do LNETI, a Associação Industrial Portuguesa, o Instituto Superior Técnico, Investimento e Participações do Estado e Câmara Municipal de Lisboa.

No que respeita à cooperação do LNETI com os PALOP, esta tem vindo a ser desenvolvida em duas vertentes: a nível bilateral, com a realização de missões de consultadoria realizadas por investigadores seus e acções de formação através de estágios de especialização ou curriculares (licenciatura ou doutoramento); a nível multilateral, o LNETI está a desenvolver com os PALOP e a UNIDO dois projectos, que lidera, de "Formação de Formadores" para a o sector industrial, e "Indústria Farmacêutica".

INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA (ISA), desenvolve desde o princípio do século uma colaboração muito estreita com os países tropicais, tendo sido criado, em 1906, neste Instituto o "ensino colonial agrícola", ao reconhecer-se a especificidade dos problemas ligados ao desenvolvimento e muito em especial à agricultura tropical. Há aqui um repositório importante de centenas de estudos ligados aos trópicos, tendo grande parte dos seus professores estado na direcção de organismos ligados aos ex territórios ultramarinos.

Pese embora após as independências dos PALOP, o desenvolvimento de acções de cooperação do ISA com esses países não tenha sido tarefa fácil, têm sido realizadas várias acções: visitas de estudo dos alunos do curso de Agronomia Tropical a alguns dos PALOP; realização e em curso diversos estudos, elaborados a pedido de alguns dos PALOP, estando já publicados alguns deles; missões de docentes do ISA, em cooperação bilateral, isolados ou integrados em equipas pluridisciplinares, e em esquemas de cooperação multilateral (CE, Banco Mundial, FAO, etc) para avaliação de projectos com especialistas na área das ciências agrárias; investigação no Centro de Microbiologia e Indústrias Agrícolas na área dos tabacos (INIC); estudos das alterações físico-químicas do café na torra (INIC) e transformações físico-químicas da semente de cacau durante os processos tecnológicos (INIC).

O ISA dispõe de uma licenciatura em Agronomia Tropical e Subtropical, que reúne nos últimos 5 semestres as matérias tropicais⁶ - investigação e experimentação agrícola e

⁶ O curso inclui 5 anos em regime semestral (10 semestres).

tecnologia nas áreas das culturas e produtos tropicais e sub-tropicais, estudo da realidade socioeconómica e dos problemas de desenvolvimento de países tropicais (menos desenvolvidos), estudo de propostas de desenvolvimento ao nível da empresa agrícola e a nível regional. Está prevista a realização no ano lectivo 1992/93 do 1º curso de Pós-graduação em Produção Agrícola Tropical.

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (JNICT), financia nesta altura quatro projectos com os PALOP, nas áreas da Botânica, Ciências Agrárias e Geologia, financiando também acções pontuais de colaboração na área da Saúde. Para além destas acções de apoio corrente, esta Junta foi dotada este ano com uma verba destinada a financiar a formação avançada de licenciados naturais dos PALOP.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA (ISCTE)⁷, foi fundado em 1981 com o objectivo de desenvolver os estudos Africanos na área das ciências sociais, numa perspectiva interdisciplinar. Embora localizado no ISCTE, é um organismo autónomo, aberto a todos os cientistas sociais interessados na sua área de investigação. A maioria dos seus actuais 70 membros viveram e trabalharam em países Africanos, principalmente, nos PALOP, têm trabalhos publicados e ensinam matérias relacionadas nas universidades.

Das actividades do Centro, destacam-se: os seminários e cursos de pós-graduação, para estudantes portugueses, dos PALOP e estrangeiros sobre "O Desenvolvimento Socioeconómico em África: Problemas e Estratégias"; conferências internacionais e seminários organizados em cooperação com outras instituições, de que se relevam "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento em África: Teorias, Ideologias, Políticas e Práticas" (Lisboa 1987), "O Estado Pós-Colonial nos PALOP" (Paris 1989), "O Sistema Colonial Português em África, 1930-74" (Bissau 1991); a cooperação com instituições dos PALOP no campo das ciências sociais que se começou a sistematizar em 1989. Esta cooperação, que se reparte pelo ensino e investigação, abrange as disciplinas de antropologia (social/cultural), das ciências da educação, da ciência política, da economia, da geografia (humana/social), da história, da organização e gestão de empresas, da psicologia social e das organizações, da sócio-linguística e da sociologia; a ligação do Centro à rede de "História e Instituições Africanas" no âmbito do programa ERASMUS; a investigação nas áreas seguintes: Estado, Sistema Político e Administração Pública em África,

⁷ O ISCTE, criado em 1972, é uma escola pública autónoma. Tem cerca de 4000 estudantes e 300 professores, e confere títulos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.

com particular realce para as transformações económicas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique; **Transição para a Economia de Mercado e Formação de uma Nova Classe Empresarial em África**, sendo os principais projectos orientados para os casos de Angola e Moçambique; **Sociedades Rurais e Desenvolvimento em África**; **Relações Internacionais de África e seu Posicionamento no Sistema Mundial**; **História Colonial dos PALOP**.

As publicações do Centro de Estudos Africanos são de dois tipos: um jornal bi-anual, a editar a partir de meados deste ano, denominado Trajectos pretenderá publicar os resultados da investigação dos membros do Centro (fundamentalmente sobre África), para além de poder incluir contribuições de outros autores, ; e os Cadernos do Centro de Estudos Africanos.

UNIVERSIDADE DE LISBOA, FACULDADE DE LETRAS, desenvolve actividades de cooperação com os PALOP, estando especialmente envolvidos os Departamentos de Geografia, Linguística, Literaturas Românicas, História e Língua e Cultura Portuguesa.

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA LUIS DE CAMÕES, escola superior de ensino universitário privado, mantém com a Secretaria de Estado da Cultura da Guiné-Bissau um Convénio de Cooperação que admite o intercâmbio de estudantes, professores e pós-graduados e outras modalidades de cooperação cultural.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, fundada em 1875, é uma instituição privada com objectivos científicos e culturais. A sua actividade desenvolve-se por Comissões e Secções Profissionais (com destaque para as de Antropologia, Demografia, Etnografia, Geografia Matemática e Cartografia, Geografia dos Oceanos, História, Literatura, Luis de Camões). Possui a Sociedade de Geografia um Museu Etnográfico, com muitos objectos de valor científico, em especial relativos aos ex territórios ultramarinos; uma Biblioteca, com cerca 220 000 títulos (livros, cartas, atlas), valiosa pela sua informação sobre África. Semestralmente é publicado O Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde são divulgados os trabalhos dos sócios ou de outras personalidades a convite da direcção da Sociedade. Este boletim, publicado desde 1876, é permutado com publicações análogas de outras instituições nacionais e estrangeiras, valorizando o acervo da Biblioteca.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO CINEMA, é o organismo coordenador da actividade cinematográfica integrado na Secretaria de Estado da Cultura. A cooperação com os PALOP concretiza-se nos acordos cinematográficos existentes com Angola, Cabo Verde e Moçambique.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DA LEITURA

Ministérios e Outras Entidades Oficiais

MINISTÉRIO DA SAÚDE, através do seu Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde (DEPS), que visa a racionalização da política de saúde mediante a observância dos métodos de investigação sobre os serviços de saúde do país, realiza apoio técnico à cooperação com os PALOP (na área da saúde) comomórgão central coordenador. Neste âmbito, o DEPS desenvolve acções com estes países Africanos: prestando o apoio técnico necessário; assegurando a coordenação técnica; propondo estratégias e prioridades de cooperação no domínio da saúde; acompanhando a execução das medidas de cooperação; avaliando os programas e projectos de cooperação; cooperando na divulgação da informação de saúde; gerindo os programas de bolsas e missões de estudo e demais estímulos à formação profissional no sector.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL, através do seu Gabinete de Cooperação com África, criado em 1986, realiza acções de cooperação com os PALOP. Àquele Gabinete compete programar, coordenar e acompanhar a execução de todos os projectos e acções de cooperação técnica com os ex territórios ultramarinos, na matéria de intervenção funcional do Ministério.

Os projectos em que o Gabinete está empenhado são consignados em Protocolos anuais, com base nos pedidos formulados pelas entidades homólogas dos PALOP, envolvendo acções de: assistência técnica aos serviços dos Ministérios ou entidades homólogas desses países Africanos; estágios de formação de técnicos dos PALOP nos serviços do Ministério ou seus Institutos Autónomos ou Empresas, para além de também poder ser fornecido material e bens de consumo administrativo, no quadro dos projectos aprovados. Estes projectos abrangem não só a vertente tradicional da administração do trabalho (normativas laborais ou actividade inspectiva e reestruturação dos Ministérios homólogos), mas também as áreas de promoção do emprego, da formação profissional (com a criação de centros de emprego) e da segurança social. Destaque-se ainda a montagem de sistemas de informação estatística indispensáveis à definição das políticas de emprego, de trabalho e de segurança social.

Foi lançado um Boletim das seis administrações do trabalho, de publicação semestral, e que se pretende venha a ser da responsabilidade conjunta de Portugal e dos PALOP.

CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA (CEFA), trata-se de um instituto público que tem por objectivo geral contribuir para a modernização da Administração Local (municípios). No âmbito das relações de cooperação com os PALOP, previstas nos seus estatutos, ressaltam a formação de funcionários da Administração local dos PALOP (Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique) em cursos de longa duração (2 anos), e na qualidade de bolseiros; a formação de formadores; o levantamento das necessidades de formação e elaboração de programas de formação; e a organização de cursos de curta duração para altos funcionários.

SECRETARIADO TÉCNICO PARA OS ASSUNTOS DO PROCESSO ELEITORAL

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO

RÁDIO DIFUSÃO PORTUGUESA, E.P., é uma empresa pública de rádio, com objectivos eminentemente de natureza pública, fornecendo ao país programas de qualidade artística e técnica que valorizem a língua e cultura portuguesas. A acção de cooperação da RDP tem sido estabelecida na base de protocolos parcelares e específicos de apoio à formação e desenvolvimento de projectos de instalações de centros de produção e emissão, melhoria e alargamento das redes de emissão, e acompanhamento da instalação de novos equipamentos. Isto é, as vertentes de actuação centram-se, fundamentalmente, na assistência técnica (em projectos de instalação de novos equipamentos, do levantamento das necessidades de cobertura radiofónica, acordos de compra e envio de material no mercado interno e externo); e na formação (os PALOP têm solicitado apoio nas áreas da programação, informação, finanças, relações públicas, gestão de pessoal, etc.)⁸.

RÁDIO TELEVISÃO PORTUGUESA, E.P., como a RDP tem também uma intensa actividade de cooperação com os PALOP, na base de Protocolos estabelecidos Estado a Estado, que enquadram a prestação de assistência técnica àqueles países para a montagem das respectivas redes nacionais de televisão.

CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JORNALISTAS CENJOR, desenvolve a sua actividade no âmbito da educação e formação profissional, de modo a assegurar no sector jornalístico a modernização e aperfeiçoamento profissional, impostos por novas exigências tecnológicas e sociais. O conjunto de cursos/acções destina-se a jornalistas e a outros trabalhadores da comunicação social quer nacionais quer dos PALOP.

⁸ Os custos desta formação repartem-se pela RDP, DGC e países beneficiários.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, trata-se de uma Instituição Secular, a sua fundação data de 1498, que visa a realização de "fins de acção social, de educação e cultura e de promoção da qualidade de vida, sobretudo, dos mais desprotegidos, de acordo com a tradição Cristã do seu compromisso originário". A sua acção recai sobre as áreas sociais da família, maternidade, infância, menores desprotegidos, pessoas idosas e situações sociais de carência grave, o que lhe grangeou uma importância histórica e social primordial no espaço nacional português.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES, à qual compete cooperar com organizações internacionais e com organismos estrangeiros homólogos e/ou objectivos conexos. Tem desenvolvido acções de cooperação com os PALOP na área da informação e formação às mulheres e no fornecimento de legislação portuguesa que lhe é solicitada por aqueles países Africanos, com a finalidade de contribuir para a consolidação, aí, dos mecanismos para a igualdade.

Bancos

BANCO DE PORTUGAL, tem orientado a sua actividade de cooperação com os PALOP em três vertentes: assistência técnica e consultadoria, formação profissional e acordos de arranjos monetários. As duas primeiras componentes são objecto de acordos de cooperação assinados entre o Banco de Portugal e os respectivos Bancos Centrais dos PALOP. No âmbito da assistência técnica, o Banco de Portugal presta apoio aos bancos centrais dos PALOP no esforço de reestruturar os sistemas financeiros, na elaboração de legislação financeira, monetária e cambial e ainda na realização de estudos e projectos solicitados pelos referidos bancos. No domínio da formação profissional, destaca-se o significativo aumento do número de estagiários dos PALOP nos diversos departamentos do Banco de Portugal. Neste âmbito prevê-se que comece a funcionar já este ano uma grelha de cursos em matérias de especial relevância para o exercício das funções de banco central e adequadas ao contexto das economias Africanas. Numa terceira vertente da cooperação com os PALOP engloba-se o Acordo de Arranjo Monetário (AAM) com a Guiné-Bissau, iniciativa que constitui a primeira experiência de cooperação monetária entre Portugal e os PALOP após a descolonização. Aquele Acordo entrou em vigor em 1991, e pretende contribuir para a estabilização global da economia guineense, através de um aconselhamento em relação às medidas de política cambial, monetária e orçamental, de acordo com o Programa de Ajustamento Estrutural do FMI/Banco Mundial. Como meio de

possibilitar os pagamentos da Guiné-Bissau ao exterior de forma regular, dada a marcada sazonalidade do fluxo de divisas ao país, o AAM prevê a concessão de uma linha de crédito, renovável anualmente, no valor de 1,6 milhões de contos (US\$ 11 852 000), divididos em duas tranches de igual montante. A coordenação do Acordo está a cargo do Banco de Portugal e envolve ainda a permanência de dois técnicos em Bissau, um do Banco de Portugal e outro do Tesouro Português (Ministério das Finanças).

Um outro importante contributo para o aprofundamento das relações de Cooperação é a realização do designado Encontro de Lisboa, misto de conferência vocacionada para as questões da cooperação e de reunião preparatória da Assembleia Anual do FMI/Banco Mundial, em que participam os Ministros das Finanças e/ou Governadores dos Bancos Centrais dos PALOP e de Portugal, para além de diversos convidados nacionais e estrangeiros.

BANCO DE FOMENTO E EXTERIOR, é o Banco nacional que tem vindo a dar especial atenção ao apoio do investimento Português no estrangeiro e, em particular, nos PALOP, assumindo igualmente um papel importante na qualidade de agente do Estado Português no domínio da cooperação externa com os países em vias de desenvolvimento.

Para tal, o BFE dispõe de vários instrumentos que coloca à disposição dos empresários portugueses para a dinamização do investimento nacional no estrangeiro. Destaque para: (i) uma linha de crédito, de 4 milhões de contos, para financiar a realização ou aquisição, por parte de entidades nacionais, do capital social de empresas sediadas no estrangeiro (por exemplo, nos PALOP); (ii) um plafond para capital de risco, até 500 mil contos, para participação no capital de empresas com sede no estrangeiro e detidas por agentes económicos estrangeiros; (iii) o acordo de cooperação com o Centro de Desenvolvimento Industrial (CDI) - instrumento operacional criado no âmbito da Convenção de Lomé para facilitar a cooperação industrial entre empresas dos países da CE e dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). No caso de Portugal, o BFE apoia acções de cooperação industrial dos empresários nacionais com países ACP, nomeadamente, os PALOP, membros da Convenção de Lomé IV; (iv) a representação do serviço de promoção e desenvolvimento de investimentos em África⁹, criado em 1986 pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), pela Sociedade Financeira Internacional (SFI) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que se destina a acelerar o desenvolvimento de projectos de investimento de empresas privadas africanas com vista a favorecer o crescimento económico da África Subsahariana; a representação da AMSCO - African Management Services

⁹ APDF - African Project Development Facility.

Company - instituição privada com fins lucrativos que visa fornecer quadros gestores e técnicos às empresas Africanas economicamente viáveis, e formar quadros locais para dirigir as empresas em causa após a retirada da AMSCO.

Associações Económicas e Outras Instituições de Caracter Económico

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA/ COPRAI - Centro de Competência Técnica da Associação Industrial Portuguesa, criado em 1963, tem por objecto desenvolver uma estrutura de serviços de apoio às empresas portuguesas, nas vertentes fundamentais dos processos de modernização e reforço do tecido empresarial e das empresas.

No modelo estrutural do COPRAI, que reflecte uma filosofia de intervenção fortemente focada no cliente e nos mercados, criou-se também um sector de cooperação internacional assente numa política de cooperação para o desenvolvimento. Neste âmbito, e no quadro da cooperação com os PALOP, o COPRAI tem desenvolvido acções que vão desde a formação de gestores e quadros superiores (nas áreas da gestão da produção e comercial, das finanças e da gestão de recursos humanos), à organização e realização de Missões empresariais, criação de um Centro de Informação Industrial em Cabo Verde, assistência à reestruturação do Instituto para o Desenvolvimento da Indústria Local (IDIL) em Moçambique.

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGAL-ANGOLA, associação de empresas portuguesas e angolanas, criada em 1987, que tem por objectivo promover e apoiar as relações empresariais entre os dois países. Para o efeito, desenvolve várias actividades com destaque para: a promoção e divulgação de estudos de análise económica; análise e caracterização dos problemas susceptíveis de dificultar as relações empresariais entre os dois países; acções de formação profissional, sobretudo, proporcionando estágios a estudantes universitários angolanos em empresas associadas da CCIPA; edição de uma revista trimestral com informação da natureza económica, de distribuição gratuita nos dois países.

ELO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E A COOPERAÇÃO, trata-se de uma organização sem fins lucrativos que tem por objecto a procura das melhores condições para o desenvolvimento das relações de Cooperação com os países Africanos, em especial os de Língua Oficial Portuguesa, aproveitando o papel de charneira que Portugal pode desempenhar no relacionamento entre a Europa e África. A ELO, sobre a base de cinco séculos de convivência de Portugal com o Mundo, pretende construir uma nova dinâmica

de Cooperação que ponha ao dispôr dos países em desenvolvimento as capacidades das empresas e instituições portuguesas, na idealização e execução de iniciativas de carácter económico, social e cultural.

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE

INSTITUTO DO COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (ICEP)

ONG Portuguesas para a Cooperação e Desenvolvimento

ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL (AMI), fundada em 1984, tem por objectivo, tal como as suas congéneres europeias, agir do ponto de vista médico contra o subdesenvolvimento, a fome e as sequelas da guerra, em qualquer lugar do Mundo onde a presença de equipas médicas seja o único recurso para as vítimas. A AMI faz parte da Plataforma Nacional das ONG's Portuguesas; tem missões permanentes nos PALOP, excepto em Angola (onde espera abrir, em breve, uma Missão com base num acordo de cooperação), concedendo assistência médica, preventiva, curativa e formativa.

CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMÍLCAR CABRAL (CIDAC), apoia projectos nos PALOP, em colaboração com outras ONG's, organizações locais e organismos estatais, na formação de quadros e capacidades locais, procurando reduzir a dependência daqueles países Africanos. As áreas centrais de intervenção têm sido as do desenvolvimento rural e pesca artesanal, educação e formação profissional, auto-emprego e apoio ao desenvolvimento de organizações locais.

COOPAFRICA - ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, tem como objecto a promoção de acções na área do desenvolvimento autónomo dos países em desenvolvimento. Para tal, recruta especialistas, coopera na aquisição de materiais e equipamentos e organiza missões de acompanhamento e integração de projectos, visitas de estudo e de avaliação. Neste âmbito, esta ONG iniciou a sua actividade de cooperação nos PALOP com a identificação de projectos de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe (1983), no sector das pescas, produção agrícola e pecuária. Posteriormente, colaborou com a AMI na reconstrução de um hospital, ao obter os meios logísticos necessários (alojamento e meios de transporte) à primeira intervenção da AMI em São Tomé. Participa na formação e reciclagem de quadros médios deste arquipélago.

Em Cabo Verde, fez um levantamento das necessidades das populações piscatórias. Na Guiné-Bissau realizou quatro missões para apoio a associações e cooperativas locais, para além de ter obtido os recursos necessários à ida de

bolseiros guineenses a Portugal para cursos de formação profissional. Em Angola, a COOPAFRICA elaborou já vários projectos de desenvolvimento rural integrado e de formação profissional, nas regiões de Huambo e Lubango.

Uma outra vertente desta ONG é o estudo e divulgação da cultura Africana, entendida como um dos factores primordiais de desenvolvimento. Assim, participou na realização e obtenção dos meios financeiros para o filme (de 60 minutos) "O Danço Congo e outros Folgares de S. Tomé e Príncipe" que passou na Televisão Portuguesa; elementos desta ONG participaram no programa "Africaníssimo" dedicado a S. Tomé e difundido nos PALOP; em 1990, apoiaram um outro filme de características ecológicas, que deverá ser visto em breve nas televisões europeias. Apoiava também grupos folclóricos locais e jovens músicos, para além da promoção e divulgação da pintura e escultura africana, em colaboração com a UCCLA e Casa dos Sete.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, desenvolve com os PALOP acções de cooperação em todos os domínios da sua competência estatutária - saúde, educação, artes e ciência. Para tal dispõe de um serviço vocacionado exclusivamente para, em relação estreita com as autoridades Africanas interessadas, preparar, executar e avaliar programas e projectos de intervenção.

As grandes linhas de orientação que presidem às acções desenvolvidas no âmbito da cooperação com os PALOP são: apoio à redefinição de políticas no domínio da saúde e da educação; formação e valorização dos recursos humanos; melhoria quantitativa dos serviços de saúde e de educação; valorização e preservação dos sítios e monumentos históricos; satisfação das necessidades básicas nas áreas da saúde, educação e cultura.

Dentro destas linhas de orientação, a Fundação tem desenvolvido acções em todos os PALOP: (i) análise do sector educativo (na Guiné, Cabo Verde e S. Tomé) e reestruturação das Universidades (de Luanda e de Maputo); (ii) análise do sector da saúde (em Cabo Verde e S. Tomé, onde desenvolve estudos de combate estrutural à tuberculose e ao paludismo, respectivamente); (iii) atribuição de bolsas de estudo para cursos superiores e de pós-graduação e para estágios profissionais; (iv) apoio à realização de cursos de formação de nível médio e profissional para formação de professores, inspectores escolares, enfermeiros e contabilistas; (v) assistência técnica à reformulação de programas e à elaboração de manuais escolares; (vi) apoio para aquisição de manuais escolares para estudantes e demais livros didácticos para bibliotecas, escolas primárias e secundárias; (vii) apoio ao desenvolvimento das universidades, sobretudo, através do fornecimento de equipamento e de promoção de acções que melhorem a qualidade científica dos seus corpos docentes e de investigação; (viii) fornecimento de equipamento médico

para hospitais e centros de saúde; (ix) edição de guias e manuais de diagnóstico e clínica médica; (x) apoio a projectos de investigação em centros portugueses dedicados ao estudo de doenças tropicais e africanas. As acções têm sido realizadas por especialistas portugueses pertencentes aos Ministérios da Educação, Saúde, Universidades, Institutos Politécnicos, Instituto Nacional de Administração (INA), Instituto de Higiene e Medicina Tropical e LNEC.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO, criado em Fevereiro de 1977 em Lisboa, representou as ONG's portuguesas no Grupo de Trabalho do Comité de Liaison ONGD/CE que teve a seu cargo a Educação para o Desenvolvimento (1986/91) e, a partir de 1992, representa as ONG's portuguesas no Grupo de Políticas de Desenvolvimento.

O trabalho realizado desde 1985 abrange as áreas de "Ajuda ao Desenvolvimento" com acções em Moçambique, Guiné e Cabo Verde; "Educação para o Desenvolvimento" com destaque, entre outras, para a realização da Campanha Norte/Sul do Conselho da Europa; e "Formação" com a organização, desde 1989, de acções de formação para quadros dos PALOP, com o apoio da DGVIII da CE, da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, e das Fundações Friedrich Ebert e Calouste Gulbenkian nas áreas: (i) Energia e Desenvolvimento, (ii) Políticas Agrícolas e Segurança Alimentar, (iii) Gestão de Ciência e Tecnologia, (iv) Sistemas Jurídicos e Direitos Fundamentais, (v) Formação de Administração de Serviços de Saúde e (vi) Ambiente e Desenvolvimento em África.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS (IEEI), tem desde 1989 um grupo de colaboradores em estudos africanos que reúne investigadores de diversas instituições. As áreas prioritárias de investigação são o acompanhamento da situação no Magrebe, nos PALOP e na África Austral.

Desde 1989, o IEEI tem um acordo de cooperação com o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Maputo, para troca de informação e publicações e com vista à participação em actividades de investigação, seminários e conferências.

O IEEI tem também a decorrer dois projectos de investigação: um sobre o acompanhamento das transições democráticas em curso nos PALOP; o outro sobre a interacção entre as reformas económicas e políticas em Angola, Moçambique e na África do Sul e o processo de cooperação e de integração regional na África Austral. Neste projecto participam investigadores das Universidades de Angola, Moçambique e de Wuitwatersrand, prevendo-se a realização de um seminário internacional em Lisboa, no próximo mês de Outubro.

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA, criado em 1983, tem por objectivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da

criança, na defesa e promoção dos seus direitos. O IAC pretende estimular, apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da infância em Portugal, bem como colaborar com as instituições congéneres nacionais e estrangeiras.

Neste sentido, o IAC tem fomentado a troca de experiências e realizações com os PALOP, nomeadamente, em acções de formação, sensibilização e informação e troca de documentação. Está prevista a celebração de um Protocolo de Cooperação com a Associação dos Pais e Amigos das Crianças de S. Tomé e Príncipe. Relativamente a Angola, o IAC tem estreitas relações com o Instituto Nacional da Criança que está a desenvolver um projecto com crianças de rua, semelhante ao desenvolvido em Portugal. Está prevista a celebração de um protocolo entre estas duas entidades para cursos de formação em diversas áreas. Têm-se vindo a desenvolver contactos entre o IAC e a Associação "NOYOKO - Recreação Infantil", em Moçambique, para a celebração de um protocolo de cooperação, já que esta associação Africana tem objectivos idênticos aos do IAC.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, COOPERAÇÃO E FORMAÇÃO 12 de Maio, criado em 1988, tem por objectivo a investigação, estudo e divulgação dos fenómenos laborais, culturais e sociais no meio dos trabalhadores ligados à agricultura, florestas, pecuária e indústrias agro-alimentares, para além da formação desse grupo sócio profissional, tanto no país como nos países em desenvolvimento, prioritariamente os PALOP.

A sua acção de cooperação com estes países Africanos abrange a realização, em ligação com o Ministério da Agricultura, de várias acções de formação profissional agrícola de longa duração para jovens agricultores assalariados; a realização, em colaboração com entidades estrangeiras e nacionais, de um Seminário Internacional na Guiné-Bissau, em que participaram representantes do meio rural dos países de expressão portuguesa; organização de um Seminário Internacional sobre o Reflexo da Implantação das Indústrias Agro-alimentares no Desenvolvimento das Regiões, em Lisboa, e onde estiveram presentes representantes de cada um dos PALOP; a promoção de estágios para estudantes de Angola e Guiné-Bissau, com o patrocínio do ICE.

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO, é uma Associação membro da Confederação Europeia dos Organismos Cristãos de Cooperação Internacional (OCCI) e da Plataforma Nacional das ONG's Portuguesas.

Nasceu em Lisboa, no meio Universitário, e aproveitando os recursos e a formação profissional dos seus elementos, procura realizar em comunidade um serviço ao desenvolvimento, particularmente, nos PALOP. A Associação tem vindo a privilegiar acções e projectos nos domínios da

educação, saúde e acção social, estando implantada em São Tomé e Príncipe, no Malawi (no apoio aos campos de refugiados moçambicanos) e em Angola.

MEDEC- MISSÃO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO, tem por finalidade o exercício de actividades científico-culturais, de investigação, ensino, formação e prestação de serviços, nomeadamente, à comunidade dos países lusófonos. A MEDEC é ainda sócia do "Forum Européen pour un Contrat de Generation", sócia honorária da UCA-União das Cidades Africanas com sede em Rabat, colabora com o Departamento de Ciências do Desenvolvimento e Cooperação da Universidade Moderna¹⁰ e está acreditada junto da Palataforma das ONG Portuguesas, do Comité de Liaison e do Departamento Informativo das Nações Unidas em Nova Iorque. A MEDEC vem colaborando com organismos nacionais e internacionais, tendo já firmado Protocolos de Cooperação de que se destacam: com o Comissariado Provincial de Benguela, assinado em 1990, para a recuperação e desenvolvimento da província de Benguela; com a Universidade Agostinho Neto; com o Instituto de Bolsas de Estudo de Angola; com a Acção Angolana para o Desenvolvimento (AAD); e com o Ministério da Educação, Juventude e Desportos de Angola.

UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA (UCCLA), trata-se de uma organização internacional que visa, por um lado, definir um espaço moral que seja modelo de convivência pacífica e de solidariedade e, por outro, promover a afirmação de uma consciência que permita um melhor entendimento e cooperação entre os povos de expressão portuguesa.

A UCCLA promove, assim, o desenvolvimento harmónico equilibrado das cidades, procurando a solidariedade e cooperação entre as mesmas, especialmente através de geminações e acordos; organiza encontros e actividades que fomentem o intercâmbio efectivo de conhecimentos e experiências em todos os sectores - económico, cultural, técnico-profissional e turismo; e promove a execução de projectos de formação e aperfeiçoamento dos funcionários e agentes das administrações das cidades capitais.

A UCCLA tem membros nos sete países de expressão portuguesa.

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS, tem por finalidade orientar, coordenar, dinamizar e representar as Misericórdias

¹⁰ Trata-se de uma Universidade privada com uma licenciatura em Ciências do Desenvolvimento e Cooperação, que pretende preparar profissionais com formação especializada, no âmbito das organizações públicas e privadas, para o desenvolvimento da cooperação internacional com os PALOP.

nacionais, estando integrada na Plataforma Portuguesa das ONGD. Tem desenvolvido acções de cooperação com Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe para a criação de Misericórdias nestes países.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (APRI)

CARITAS PORTUGUESA

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

FUNDAÇÃO AFRO-LUSITANA

FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL, tem por finalidade promover o desenvolvimento do municipalismo democrático, dirigido à consolidação da democracia política, económica, social e cultural, visando a construção de uma sociedade mais livre, igualitária e justa, com o total respeito pelos direitos do homem.

Neste âmbito, a Fundação desenvolverá actividades de formação sobre assuntos municipais, distritais ou regionais; apoiará e incentivará a investigação no campo das ciências jurídicas, económicas, sociais e políticas, a fim de criar instrumentos de análise úteis para a acção municipal, distrital e regional; promover a cooperação internacional nos domínios da sua actividade, nomeadamente com as associações de representantes autárquicos dos PALOP.

FUNDAÇÃO OLIVEIRA MARTINS

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE AMARO DA COSTA

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

INSTITUTO LUSO-AFRICANO PARA O DESENVOLVIMENTO E ACTIVIDADES DA POPULAÇÃO

INSTITUTO PROGRESSO SOCIAL E DEMOCRACIA FRANCISCO SÁ CARNEIRO

OIKOS - COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

SEDES - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

Lisboa, 25 de Maio de 1992

Ana Maria Neto, licenciada em economia, técnica superior do ICE
sócio do CEA